



**VII SEMANA DAS
LICENCIATURAS**

O mundo que queremos, a escola que fazemos:
diálogos entre licenciaturas e Educação Básica

24 a 26 de outubro 2023

e-ISSN: 2596-0490



**INSTITUTO
FEDERAL**
Fluminense
Campus Campos
Centro

O Passado e o Presente da Educação Inclusiva no Brasil

* Julia Dutra Pereira

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, Campus Campos
Centro*

julia.dutra@gsuite.iff.edu.br

Isabela Lima da Silva

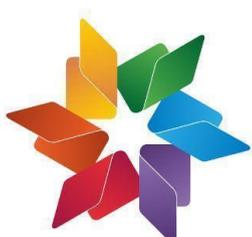
*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, Campus Campos
Centro*

Mylane dos Santos Barreto

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, Campus Campos
Centro*

Resumo

Este resumo é parte de um Trabalho de Conclusão de Curso que aborda o processo de ensino e aprendizagem de quadriláteros notáveis para pessoas com deficiência visual seguindo a Teoria de Van Hiele. Esta teoria busca entender o desenvolvimento do pensamento geométrico do aluno. Aqui, abordaremos detalhes da legislação brasileira que se destina à educação inclusiva. É importante destacar que nos séculos passados, o preconceito e ignorância afastaram as pessoas com deficiência da sociedade e conseqüentemente das escolas regulares. A legislação que prevê e ampara a educação inclusiva é o ponto de partida para garantir o direito de as pessoas com deficiência terem acesso a um ensino com qualidade em escolas regulares de todas as redes de ensino. Até o ano de 1948 as pessoas com deficiência não tinham direitos à educação assegurados, foi apenas com a Declaração Universal dos Direitos Humanos que o cenário começou a mudar. No Brasil, a discussão sobre o direito de pessoas com deficiência à educação foi iniciada com a promulgação da Constituição Federal de 1988 que menciona a igualdade de condições para acesso e permanência de pessoas com deficiência nas escolas regulares e atendimento educacional especializado. Um dos entraves para a educação inclusiva é que toda a legislação brasileira até 2015 utilizava a palavra



**SEMANA DAS
LICENCIATURAS**

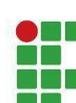


e-ISSN: 2596-0490

VII SEMANA DAS LICENCIATURAS

O mundo que queremos, a escola que fazemos:
diálogos entre licenciaturas e Educação Básica

24 a 26 de outubro 2023



**INSTITUTO
FEDERAL**
Fluminense

Campus Campos
Centro

preferencialmente quando se referia à matrícula dos alunos com deficiência nas escolas regulares e isso abria espaço para que este público estivesse matriculado apenas em escolas especiais. Em 2015 é instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, o chamado Estatuto da Pessoa com Deficiência. Esta lei incumbe o poder público de assegurar: sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades; condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem; e projeto pedagógico que garanta ao aluno com deficiência acesso ao currículo em condições de igualdade.

Palavras-Chave: Educação Inclusiva. Legislação brasileira para inclusão. Alunos com deficiência.